



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9011 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

MASCULINIDADES DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE
DISCURSOS JURÍDICOS E MIDIÁTICOS EM TEMPOS ULTRACONSERVADORES

Diego Paiva Bahls - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Jamil Cabral Sierra - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

MASCULINIDADES DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE DISCURSOS JURÍDICOS E MIDIÁTICOS EM TEMPOS ULTRACONSERVADORES

Resumo: Este trabalho busca um conjunto de reflexões para pensar de que maneira as masculinidades na docência da Educação Infantil são construídas, produzidas e veiculadas por meio dos discursos jurídicos e midiáticos em tempos ultraconservadores. Tece reflexões sobre como as masculinidades na docência são interpeladas por meio do Projeto de Lei Estadual N. 1174/2019 (que versa sobre a separação das funções docentes e suas atribuições a partir da demarcação de gênero), bem como por meio de reportagens *online* publicadas em diferentes sites de informação. Situa-se no campo teórico-metodológico dos estudos de gênero e docência, sobretudo, os de vertente pós-estruturalista. Utiliza a análise do discurso foucaultiana como ferramenta metodológica. As análises, construídas a partir de duas categorias (Espaço escolar e Afetividade/Cuidado), sinalizam que as narrativas sobre as masculinidades na docência da Educação Infantil, operam como aparato que potencializa o imaginário de masculinidade perigosa e que reflete a figura do homem punitivo e autoritário, principalmente por ser uma função que exige contato corporal. Nesse sentido, os discursos jurídicos e midiáticos se sustentam em alusão a uma sociedade conservadora que acentua o binarismo de gênero, bem como um ideal docente.

Palavras-chave: Docência. Gênero. Masculinidades. Educação Infantil.

Ultraconservadorismo

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o cotidiano da educação com crianças pequenas revela um contexto

carregado por marcadores sociais, dentre eles é possível destacar a generificação do trabalho docente com base no binarismo de gênero (LOURO, 1997). Nesse sentido, nas instituições de Educação Infantil – EI, a docência apresenta-se como uma atividade generificada, de maneira que a demarcação do lugar da mulher ainda continua sendo performativamente produzida como algo ligado à esfera da maternidade, do amor, do cuidado e da fragilidade (BUTLER, 2018; SAYÃO, 2005).

Estudar a profissão docente requer compreender que ela não é isolada ou alheia à cultura em que está inserida, tampouco, neutra às relações de gênero. Conforme ressalta Louro (1997, p.93), é importante considerar que "[...] a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”.

A conjuntura social do país tem potencializado, por meio de seus discursos e representações, a afirmada polarização entre masculino e feminino nos mais diversos espaços sociais, dentre eles, a própria escola. Analogamente, os dois conjuntos de materiais empíricos aqui analisados, também têm disputado a narrativa sobre a representatividade de gênero: um primeiro, que diz respeito aos discursos jurídicos, a partir da análise do PL N. 1174/2019, em trâmite na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo –elaborado pelas deputadas estaduais do Partido Social Liberal, Janaína Paschoal, Letícia Aguiar e Valéria Bolsonaro– que confere às profissionais do “sexo” feminino a exclusividade nos cuidados íntimos, nos momentos de higiene e na troca de fraldas das crianças da EI. Um segundo conjunto, que diz respeito aos discursos midiáticos, a partir da análise de vinte e uma reportagens *online* sobre professores homens da EI, extraídas de diferentes *sites* e com recorte temporal compreendido entre 2012 e 2019, bem como os comentários de leitoras e leitores a elas.

Juntamente com a emergência do PL (discurso jurídico) agregamos à discussão do trabalho docente as produções discursivas de ordem midiática, partindo da compreensão de que não só as instituições e os próprios sujeitos enunciam essa problemática, mas que também outros campos podem ser fonte de discursos.

Desse modo, a escolha dos dois conjuntos se deu em razão do entendimento de que as reportagens *online*, além de colocar em evidência o assunto abordado, adotam determinadas perspectivas para a produção de sentidos em relação às masculinidades docentes no tempo histórico em que vivemos. Na mesma direção, com caráter de discurso jurídico, o PL opera no sentido de instaurar limitações legais nas práticas docentes, tendo como base para a ação um ideal de homem reiterado discursivamente e firmado nos enunciados que compõem o referido PL.

Em vista disso, o objetivo geral do trabalho é o de identificar e analisar os discursos produzidos e veiculados jurídica e midiaticamente sobre as representações das masculinidades docentes da EI, ao mesmo tempo em que busca oferecer discussões que transitam entre gênero e docência. Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado realizada entre 2019 e 2021, construída a partir da vertente teórica do pós-estruturalismo, sendo de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental.

2. METODOLOGIA

Adotamos a análise foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica, por entender que “[...] o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história” (FOUCAULT, 1986, p.146), e que o mesmo está sempre vinculado as questões e jogos de poder.

Nesta perspectiva, a investigação encaminha-se para as problematizações dos regimes de saber-poder-verdade, instaurados por enunciados e discursos que produzem essencializações em relação ao gênero e sexualidade. Nesse caso em particular, essencializações em relação às masculinidades e feminilidades na docência.

Organizamos o texto do PL e as 21 reportagens em blocos e agrupamentos a partir de tópicos, temas e assuntos que mais apareciam tanto no texto quanto nos comentários de leitoras e leitores. A partir da depuração desses tópicos/temas/assuntos, foi possível chegar a duas categorias: a) Espaço Escolar e b) Afetividade/cuidado, utilizadas para realizar as análises.

3. A EMERGÊNCIA DE DISCURSOS EM TEMPOS ULTRACONSERVADORES

Vivenciamos no país, desde o período das últimas eleições presidenciais, a crescente visibilidade de uma série de questões que envolvem políticas e representações de gênero, por vezes truculentas, invasivas e sem fundamentos, como é o caso do *kit gaye* da ideologia de gênero, assuntos encarados como polêmicos, porém com lugar estratégico em ações e pautas políticas, fomentadas pelos discursos do neoconservadorismo e do fundamentalismo religioso (PEREIRA, 2018).

Em meio a bancadas evangélicas e conservadoras, emergem tentativas de concretizar determinados conjuntos de ideias e valores sobre condutas e, até mesmo, prescrições de como abordar as pautas de gênero nas esferas e instituições sociais. Nesse sentido, a polarização política amplia ainda mais os conflitos e disputas por concepções de gênero e sexualidade, seja nas ações judiciais ou nos próprios discursos sociais. Nesse cenário, as abordagens de gênero na educação sofrem o agravante de ordem política e também jurídica, fato que nos leva a pensar sobre essa temática.

4. DISCURSOS JURÍDICOS E MUDIÁTICOS SOBRE MASCULINIDADES NA DOCÊNCIA DA EI

Tanto o discurso jurídico da propositura do PL, assim como o discurso midiático das reportagens *online*, concretizam diversas questões que permeiam as relações políticas e sociais sobre gênero, mesmo que de maneira oculta, dentre elas: a) as restrições impostas aos professores decorrem de concepções de masculinidade e feminilidade pautadas em uma natureza “biológica” determinante nos papéis assumidos pelo gênero; b) os professores são vistos como sujeitos de essência universal, pois ao serem vetados das funções de contato corporal e de higiene, são todos colocados no mesmo nível: o de potenciais abusadores; c) as professoras também são miradas pela suposição da “natureza” feminina: assexuadas e portadoras de um dom natural para os cuidados infantis. Amorosas, afáveis, sentimentais e

com instinto materno.

Os discursos jurídicos e midiáticos sinalizam que a preocupação maior está nos momentos de higiene, o que indica que o “alerta de perigo” ocorre com maior intensidade nas relações de contatos corporais, sobretudo, dos bebês e crianças bem pequenas.

Em específico, o discurso jurídico, materializado no PL, demonstra pouca compreensão e rasos argumentos sobre as relações de gênero na docência da EI; a fundamentação se pauta mais na necessidade de reafirmação de sociedade binária do que nos próprios problemas evidenciados no processo de generificação do trabalho docente. Identificar a reafirmação da sociedade binária como causa mais acentuada, nos provoca a pensar que a questão de gênero, que se reflete na docência, é mais ampla. Portanto, a luta é mais difícil.

Esse discurso da moral, em alta no atual governo, ganha força no formato de lei e nas reportagens, o que significa maior representatividade do conservadorismo, assim como brechas para controlar a população docente por meio de proposições que regulam a docência. Assim, os discursos jurídicos e midiáticos acabam reproduzindo crenças e hábitos culturais que precisam de urgente enfrentamento e contínuos debates de caráter provocativo, formativo e informativo.

A diversidade de gênero nos espaços sociais é um grande potencial para a socialização entre as diferentes identidades de gênero. Banir ocupações, atividades e profissões, partindo da premissa de uma “ordem natural” em que, o gênero assume função de critério para seleção, é esbarrar no erro do determinismo biológico, o que sugere que os sujeitos são homogêneos e definidos a partir da formação genética que carregam.

As análises levam a pensar, também, a respeito do imaginário das masculinidades, enquanto identidades docentes que são apontadas como abusadores. Essa percepção é produto de um discurso cultural sobre os homens e sobre o modelo de masculinidade presente e reforçado como norma em todos os setores sociais, seja no modelo tradicional de família, no modelo patriarcal, nas relações coloniais e de povoamento do Brasil ou nas escolas militares que separam os gêneros. A EI é apenas uma ponta de uma ordem social instaurada ao decorrer da história.

Esse mesmo modelo de masculinidade, pautado na heteronormatividade, impõe um padrão que não há espaço para ternura, delicadeza, cuidado e afeto. O que parece saltar é que há uma separação entre sentimentos, de maneira que os considerados mais femininos acabam sendo reprimidos na subjetividade masculina ao longo do tempo. Nesse sentido, a concepção formada sobre o que é ser homem tem sido distorcida.

Na EI, todo o processo educativo é diferenciado do restante da Educação Básica. Nela, o cuidar e educar são processos inerentes e indissociáveis – isso significa que na relação humana, nesta etapa em especial, o “outro” é quem humaniza e que constrói o campo simbólico da criança. Entretanto, os discursos jurídicos e midiáticos, pontuam que esse trabalho de humanização não pode ser realizado pelo homem, ou seja, o homem não apresenta resquícios de humanização, nem sentimentos e atributos necessários para isso. Pode-se destacar, a partir disso, que as masculinidades docentes da EI, são produzidas como separáveis do afeto.

As narrativas, produzidas pelos discursos em questão, impõem fronteiras ao propor a restrição de tarefas, no cotidiano da EI, com base no binarismo. O significado de fronteiras

dentro do trabalho com crianças está para além de não poder realizar a troca de fraldas ou a troca de roupas. A fronteira assume o sentido de enquadrar a criança e o docente como corpos intocáveis ao banalizar o contato corporal. No caso jurídico, não se trata apenas de um PL, mas sim de um aparato formal que potencializa o imaginário de masculinidade perigosa e que reflete a figura do homem punitivo e autoritário.

Se a identidade de gênero é construída culturalmente pelo discurso ao longo da vida, desde nossos primeiros dias imersos na sociedade, a profissão docente também pode ser vista dentro desta lógica. Ninguém nasce professora, médica, enfermeira, costureira, etc. As profissões e as identidades são construídas em determinadas culturas e de acordo com cada grupo social.

O que se torna urgente é o pano de fundo que sustenta os discursos que falam sobre a docência: a) alusão a uma sociedade conservadora que reforça modos de agir e viver a masculinidade e feminilidade; b) o ideal de docência é também carregado de estigmas que nos são colocados e que recaem sobre a falsa concepção formada pelo tripé mãe-maternidade-docência e c) a acentuação do binarismo de gênero na EI.

É certo que houve avanços na sociedade e nos modos de organização da vida, porém, ainda estamos diante de um contexto machista e homofóbico em que a figura masculina é associada à virilidade, o que recai no contexto da EI.

Nossa tentativa aqui foi, portanto, lançar uma análise sobre a questão, por meio dos estudos sobre gênero e docência, com ênfase para a EI e para a produção das masculinidades neste campo em específico. Deixamos, portanto, duas colocações conclusivas de destaque: 1) A urgente necessidade de tensionar os discursos encarados como universais na docência, demasiadamente reverberados pela lógica binária de tempos ultraconservadores; e 2) A docência, na EI, é produzida em relação ao cuidado, podendo ele – o cuidado – assumir diferentes posições de acordo com a representação de gênero de quem o exerce. Quando se trata de pensar o cuidar, articulado às masculinidades, ele se estabelece de diferentes maneiras, pois, é significado a partir dos atravessamentos de gênero, podendo ser entendido como perigo, má influência, ou alerta. Nesta lógica, o cuidado, em relação às feminilidades, assume a posição oposta: o cuidar enquanto afeto, proteção e carinho.

Diante das questões levantadas no decorrer desta pesquisa, chegamos a esse ponto destacando que é preciso firmar e reafirmar os modos de existência dos professores na EI e ressignificar as feminilidades e masculinidades, não somente na docência, mas na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986

LOURO. Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós – estruturalista - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PEREIRA, Tamires Tolomeotti. **Ciência, Fundamentalismo religioso e Diversidade**. A apropriação de discursos científicos-biológicos para a produção de ódio e violência contra as sexualidades e gêneros dissidentes nas mídias sociais. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SÃO PAULO, Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei PL Nº 1174/2019**. Confere a profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil. Disponível em: Acesso em: 01 Fev. 2019. Texto Original.

SAYÃO, Déborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil** : um estudo de professores em creche. 2005.273f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.